

# *Escola de alma branca*

## *O direito biológico à educação no movimento da Escola Nova*

Cynthia Greive Veiga

Professora Adjunta da  
Faculdade de Educação  
(UFMG)

### **Resumo**

O artigo discute a constituição de uma cultura escolar fundamentada no branqueamento da população brasileira, presente no contexto do movimento da Escola Nova, nas primeiras décadas do século XX. Para este estudo, clegeram-se como objeto de análise as teorias da higiene e da eugenia, como produtoras do conceito do direito biológico à educação, e suas relações com alguns procedimentos pedagógicos legitimadores dessas concepções.

Palavras-chave: educação, raça, Escola Nova.

### **Abstract**

This article is a discussion about the development of a school culture founded in the whitening of the Brazilian people in the context of the New School movement, at the beginning of 20<sup>th</sup> century. For this purpose the study was focused on the analysis of hygienic and eugenic movements. The theories underlying these movements can be seen as producers of the concept of biological right to education and will be studied through the relationship with some pedagogic practices that legitimated these ideas.

Key words: educacion, race, New School

*Quem já não pressentiu a existência de sangue negro em um indivíduo que, embora de pele muito clara, tenha o nariz chato e os lábios grossos e roxos? (Viotti, 1933)*

A pergunta foi formulada em uma pesquisa intitulada *Contribuição à antropologia da moça mineira*<sup>1</sup>, desenvolvida em 1933, na Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais<sup>2</sup>, no contexto de implementação e desenvolvimento das idéias e ações do chamado movimento da Escola Nova, instituído em todo o Brasil a partir da década de 20.

O objetivo deste artigo é discutir em que medida houve a disseminação de uma cultura escolar centrada no branqueamento, na produção de um conjunto de afirmações que tornariam todos os brasileiros brancos na alma, através dos discursos e das práticas dos educadores adeptos ao escolanovismo, das ações que envolveram escolha de professoras e organização das classes escolares.

Entre essas ações, estiveram aquelas relacionadas ao levantamento de medidas e aplicação de testes com o fim de se estabelecerem padrões

físicos e comportamentais da população em geral, e escolar em especial. Salienta-se que o contexto da Escola Nova esteve fortemente associado aos movimentos higienistas e eugenistas da época<sup>3</sup>, e que suas ações objetivaram à racionalização da organização da escola e dos procedimentos pedagógicos.

Bem recentemente, em discurso para professores da rede pública de Minas Gerais, um professor afirmava que "a etnia nasce nos lares e a nação, na escola". Esta frase nos remete ao século XIX, em 1840, quando o presidente da província mineira, José

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida pela aluna-professora Júlia de Magalhães Viotti e orientada por Helena Antipoff, professora da cadeira de Psicologia Experimental, e pelo Laboratório de Psicologia.

<sup>2</sup> A Escola de Aperfeiçoamento foi criada em 1929, como modalidade de ensino pós-médio e com o objetivo de formar a elite do professorado do ensino primário.

<sup>3</sup> As idéias higienistas disseminaram-se no Brasil a partir do século XIX e previam um campo amplo de intervenção relacionado à alteração de hábitos relativos aos cuidados do corpo e sanitização dos espaços (cidades, moradias, instituições). As concepções eugênicas estabeleceram-se no Brasil na década de 10, com ênfase na questão da hereditariedade humana e na necessidade de intervenção no meio para melhorar o patrimônio genético. Destacam-se como ações desses movimentos a criação, em 1918, da Associação Eugênica, por Renato Kehl, e em 1923, da Liga Brasileira de Higiene Mental, por Gustavo Riedel. Para um aprofundamento ver, entre outros, Costa (1983) e Kehl (1929).

Cesário Horta, argumentando sobre a necessidade de instrução pública para a população livre, afirmava que

*...Há ainda a educação viciosa de algumas casas de família, ou seja, por descuido e indiferença de seus chefes ou pela triste necessidade de confiarem seus filhos aos cuidados dos escravos, que jamais poderão inspirar-lhes sentimentos generosos.*

Ao longo da história do Brasil, foram inúmeros os discursos desqualificadores da população pela sua origem racial, mesmo que, muitas vezes, eles fossem entrecortados pela origem de classe. Por outro lado, as elites não pouparam palavras para identificar a escolarização elementar como ação fundamental de produção da nação. Nas primeiras décadas do século XX, através do aparato científico da medicina e da psicologia, as reformas escolares pretenderam, entre outras coisas, desfazer-se, por meio da educação, dos incômodos provocados pela origem racial brasileira. Entretanto, apesar dos tons discursivos, negros e pobres, em sua grande maioria, não tiveram acesso aos bancos escolares das cidades, ou mesmo no caso do acesso, poucos

permaneceram na escola a ponto de concluir o curso primário. Resta-nos, portanto, avaliar a que serviu a cultura do branqueamento identificado como cultura nacional, que tão fortemente marcou as experiências escolanovistas das primeiras décadas republicanas.

### ***Higienismo e eugenia como estratégias para a organização da população***

As preocupações relativas às crianças criadas por escravos, a presença de “moleques” companheiros de brinquedos dos sinhozinhos, as referências às influências dos “maus hábitos” na formação do caráter, o meio negativo de uma cultura escravista que viciava os brasileiros livres em sua relação com o trabalho, são referências freqüentes nos discursos a respeito da necessidade de disseminação da escola pública organizada pelo Estado. Neste sentido Veríssimo (1985) afirmava, em 1890, que, passada a abolição, cabia à educação continuar a tarefa da extinção da escravidão, segundo ele, uma educação “não só dos libertados, senão de nós todos, todos mais ou menos contaminados

pela sua peçonha”. Embora a questão já tivesse sido identificada como problema bem anteriormente (Fonseca, 2000), a afirmação da igualdade perante a lei, presente na legislação republicana fazia da educação um problema aparentemente de todos. Entretanto, os campos discursivos estiveram demarcados entre um “nós” e um “eles”. Como afirma Corrêa (1988), o problema da nacionalidade foi mais freqüentemente formulado pela questão “quem são eles” do que propriamente “quem somos nós”. Ainda segundo a autora, foi nesse contexto que se disseminaram no Brasil os laboratórios de antropologia e antropometria, institutos médico-legais, serviços de higiene e ortopedia mental.

A pedagogia que se esboça em fins do século XIX e início do século XX foi fortemente influenciada pela medicina. Naquele momento se configuraram as práticas de organização da população brasileira a partir da ciência, mais particularmente através das estratégias higienistas e eugenistas empreendidas pelos reformadores da educação na década de 20<sup>4</sup>.

O desenvolvimento do higienismo, desde o século XIX, foi marcado pela incorporação das populações ao saber médico, ou melhor, como objeto deste saber, provocado principalmente pelo adensamento urbano, pela heterogeneidade racial e econômica da população e pela inércia das autoridades em resolver os problemas relativos à salubridade (Costa, 1983). A superioridade médica neste contexto ficou registrada a partir da produção e execução de políticas que visaram higienizar as populações através de medidas preventivas e educacionais na perspectiva profilática. Para esse propósito e visando à autorização e legitimação das ações, concorreu todo um discurso de desautorização das práticas sociais e familiares do passado, na intenção de se livrar da peçonha. Disseminaram-se formas negativas de representação da

---

<sup>4</sup> Além da influência da medicina, o campo da pedagogia se estruturou também a partir da tradição de formação de seus sujeitos, qual seja, a trajetória jurídico-política. Personagens como Abgar Renault, Anísio Teixeira, Carneiro Leão, Sampaio Dória, Fernando de Azevedo, Francisco Campos e Lourenço Filho, entre outros, formaram-se nas Faculdades de Direito do país e foram responsáveis pelas reformas educacionais, quando não ocuparam postos na administração pública.

população brasileira, ao mesmo tempo em que se instituiu o discurso médico positivado para salvar um país doente. Essa doença inviabilizava a produção de um projeto nacional e, por isso, era necessário que a população fosse saneada, não somente na perspectiva física, como também mental. Segundo Veríssimo,

*dada a passividade do caráter brasileiro, feito de indolência, de indecisão, de indiferença, de inatividade, é dever (...) de todo brasileiro, pela sua ação doméstica e pela sua ação civil, promover com a tenacidade de uma convicção profunda a educação do caráter nacional. (1985, p.73)*

Para esse autor, não se educa apenas a inteligência, a sensibilidade e o corpo; o caráter também pode educar-se e, “de fato, educa-se”. Entretanto, essa é uma educação que começa nos lares, em novos lares, e não naqueles ainda maculados pela escravidão, responsáveis pelo mestiçamento da alma e das idéias, nas palavras de Romero (1975).

Por outro lado, a mestiçagem dos corpos, denunciada por vários autores como degenerativa, aliada à busca de uma identidade étnica única para o

país, alimentou as práticas higienistas da época como solução fundamental para estruturar uma sociedade civilizada. Munanga (1999) observa que a maior parte dos intelectuais da época, apesar de suas diferenças e com algumas exceções, “(...) tinham algo em comum: influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início deste, eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra e na degenerescência do mestiço” (p.52). Entre os autores da teoria do branqueamento destaca-se, com relevo, Viana (1933):

*Os elementos bárbaros que formam o nosso povo estão sendo, pois, rapidamente reduzidos, a) pela atuação estacionária da população negra; b) pelo aumento contínuo dos afluxos arianos nestes últimos tempos; c) por um conjunto de seleções favoráveis que asseguram, em nosso meio, ao homem de raça branca, condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens das outras raças. (p.185)*

Seriam os mestiços educáveis? Segundo Viana (1933), os negros possuem diversidade de caracteres físicos e mentais e diferem pelo

temperamento, moralidade, inteligência e atividade; existem os negros indolentes, pacíficos, afeitos à obediência, humildade; os ativos, rebeldes e ferozes; e, ainda, honestos e facilmente corruptíveis. Portanto, a eugenia e educabilidade dos mestiços dependerá do cruzamento desses “tipos” com os brancos, pois os mulatos, em regra, “mais inteligentes do que os negros puros, mais velozes e destros, mais ladinos, aplicam-se a ofícios mais finos”. Ainda de acordo com Viana, a preponderância dos caracteres arianos nos tipos mestiços implica uma seleção sexual, procurando os brancos tipos menos “repulsivos” como mulheres da raça *mina, fulas e felanins*.

As teses higienistas e eugenistas buscaram construir uma outra organização da população que superasse e/ou resolvesse problemas de ordem racial, social, econômica e cultural. Nesse sentido, adentravam a vida privada dos indivíduos e tinham como objetivo geral

*(...) normatizar, conseguir que homens e mulheres desempenhassem tanto seus papéis como produtores quanto como reprodutores e guardiães de proles*

*sãs e de uma raça sadia e, na medida do possível, pura.*  
(Herschmann, 1994, p.17)

Desta forma, foi enfatizada a necessidade da educação das famílias (Costa, 1983), das regras da moral sexual e da sexualidade sadia, o casamento higiênico levando em conta a hereditariedade (física e mental) e a idade, a idéia das habitações não somente como casas, mas como lares, o papel da mulher e o cuidado com a infância. De caráter preventivo e racionalizador, as práticas médico-higienistas, assumidas como projeto político republicano, fizeram de sua rotina de intervenção a execução de quantificações de dados através de testes, exames, medidas da população, em seu aspecto físico e mental. Viana (1933) afirmava que as estatísticas eram a consciência das sociedades, ou melhor, por elas é que se toma conhecimento “dos fenômenos da sua vida subconsciente” (p.191). Durante a realização, em Belo Horizonte, do VII Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em 1912, foi apresentado o Decreto n.778, de 09/05/1910, da prefeitura do Rio de Janeiro, que incluía várias instruções, entre elas,

a ficha sanitária, que, preenchida, deveria conter o “histórico sanitário do aluno e serviria para julgar o desenvolvimento físico do mesmo”. Desta ficha constavam as seguintes anotações:

- 1º Peso, estatura, perímetro thoraxico e amplitude respiratoria;*
- 2º Colorido da pelle e cicatrizes cutaneas;*
- 3º Hernias e vicios de conformação;*
- 4º Deformação do esqueleto (membros e columna vertebral);*
- 5º Conformação do thorax e estado dos respectivos órgãos, com pesquisa dos ganglios peri-bronchicos;*
- 6º Estado dos órgãos da phonação;*
- 7º Estado do aparelho digestivo e dos órgãos abdominaes;*
- 8º Estado dos órgãos da visão e da audição;*
- 9º Dados psychicos;*
- 10º Observações.”*

Podemos dizer que a escola republicana foi a escola vetor da medicalização, os alunos se tornaram objetos de experimentação, e médicos, engenheiros, juristas e educadores exerceram nela os seus ensaios de modernidade. A produção da concepção de cidadão e de

cidadania esteve subjugada a padrões científicos de normalidade ou não normalidade física e mental.

A escola dos primeiros tempos republicanos é uma das instituições fundamentais para se compreender a sociedade brasileira daquele momento, bem como para se fazerem indagações sobre a sociedade hoje. Foi um dos monumentos da República, símbolo de progresso e racionalidade. Ergueu-se como parte da “coisa pública” ao sinalizar para formas supostamente igualitárias de acesso à mobilidade social. Sob o signo da meritocracia, instalou-se a sua principal dimensão pedagógica: a escolarização ou não dos indivíduos deveria fazer parte da agenda dos deveres de cada um. Com essa premissa, as representações elaboradas pelas elites a respeito do povo se solidificaram em torno de duas palavras: a ignorância atávica. Esse estereótipo justificava a sua “incompetência” para formar uma nação.

Cristalizou-se uma mentalidade nacional que negava o estatuto de sujeito às populações em geral, mas que, por outro lado, sustentada pela fundamentação meritocrática,

produziu estratégias de disseminação da escolaridade entre camadas médias, que passaram a ser educadas nas escolas sob fundamentações higiênicas e eugenistas, gerando uma mentalidade autoritária, preconceituosa e segregacionista – a escola de alma branca.

A escola foi a co-autora dos processos medicalizadores da sociedade em vários procedimentos. Durante realização do 4º Congresso Médico Latino Americano, em 1909, foi apresentado o trabalho *A inspeção médica dos colegiais*, que incluía a seguinte afirmação:

*a deteriorização física, o abastardamento da raça é um fato assinalado nos diversos países europeus e que entre nós se impõe pela evidência frisante*

Observam-se três ordens básicas de ações: a inspeção da higiene nas próprias escolas, “combatendo hábitos e práticas viciosas”; a inclusão da higiene como disciplina escolar, além da constituição dos “pelotões de saúde”; e uma terceira, que foi a organização de conferências e palestras sobre temáticas médicas diversas, destinadas a alunos, pais e

professores. Deve-se destacar que as relações entre os médicos e os educadores e entre estes e a população eram extremamente tensas, sendo necessárias estratégias de convencimento que evitassem maus entendidos e, por outro lado, gerassem confiança e simpatia junto ao povo.

Enfim, as fronteiras deveriam estar bem demarcadas, as ações bastante definidas, evitando-se incompatibilidades entre profissionais, crianças e famílias. A divulgação, pelas elites médicas, de uma enorme quantidade de doenças, a identificação de formas de contágio e de procedimentos de prevenção, as inúmeras fichas de identificação sanitária e os vários discursos sobre habitação higiênica e prédios escolares instauraram uma desqualificação total da população em relação ao seu corpo, seus hábitos e valores. As elites intelectuais pretenderam forjar uma nação cuja população se apresentava como objeto desqualificado, submetida a sujeitos e saberes qualificados. No meio pedagógico, surgiram os reformadores do povo, no lugar dos reformadores da escola.

***Pedagogia científica – a nova escola***

No documento intitulado *A Reconstrução educacional no Brasil*, conhecido como o manifesto dos pioneiros da Escola Nova e lançado em 1932, observa-se um esforço de seus signatários em fundamentar a necessidade de uma nova filosofia pedagógica. Entre as inúmeras afirmações, destaca-se uma nova perspectiva de direito à educação que

*(...) deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo para assumir um caráter biológico, (...) reconhecendo a todo indivíduo o direito a ser educado até onde permitam as suas aptidões naturais, independente das razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além do limite de classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar a hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades (...)* (p.42)

A idéia da educação como direito biológico foi forjada no interior dos debates e discussões a respeito dos problemas raciais, das ações médicas

e sanitaristas da virada do século e foi detectada muito bem pelos educadores do movimento escolanovista, iniciado na década de 20. A idéia de direito biológico é bastante clara e refere-se a processos educacionais necessários para a inserção das pessoas no mundo do trabalho,

*por que os nossos programas se haviam ainda de fixar nos quadros de segregação social, em que os encerrou a república, há 43 anos, enquanto nossos meios de locomoção e os processos de indústria centuplicariam de eficácia, em pouco mais de um quartel de século?* (p.36)

Os princípios de integração social, de fundamentação liberal, foram constituídos a partir da ênfase no “direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral” (p.46) – escola para todos, comum e igual, mas resguardando as diferenças relacionadas a aptidões psicológicas e profissionais. Buscava-se uma inversão: da escola produtora das diferenças econômicas para a produção de diferenças de escolarização, por meio da seleção de alunos por suas aptidões individuais.

*Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa. (p.64)*

Azevedo (1932), o relator do manifesto, compreendia estar neste processo seletivo o aspecto social da educação, ou seja, a adaptação da população à realidade social. A escola deveria ser um elemento fixador da criança ao ambiente em que vivia,

*(...) longe de desviar da lavoura e da pesca para os centros fabris, ou das indústrias para as letras, a população infantil que acolhe, vai assim, ao encontro do que deveria ser, ao mesmo tempo que a instrução, o seu fim principal: enraizar o operário às oficinas, o lavrador à terra e o pescador às praias (...). A criança educada na escola popular deve ser um elemento de renovação moral e intelectual do meio de que proveio e que tem, na corrente das novas gerações, a fonte de um progresso incessante.*

A criança escolarizada seria a educadora de seu meio de origem e, nesse sentido, o direito biológico, de base meritocrática, não pressupunha

o direito de ascensão social, mas de manutenção dos diferentes estratos da sociedade em seus devidos lugares, embora reeducados. A grande revolução estaria em fazer o povo aplicar-se em uma mentalidade fundamentada no trabalho e cujo espírito de solidariedade implicaria uma relação supostamente harmônica entre ricos e pobres, cada um em seu lugar, respeitando mutuamente lugares e aptidões.

Também Lourenço Filho (1930) enfatizou o fenômeno educativo como um fenômeno biológico. Para ele, “cada sociedade só tem a educação que pode ter”, portanto justificam-se os processos de adaptação da população ao meio, através de procedimentos médico-psicológicos que buscassem modificações e sistematizações de condutas. Estas devem se basear não em sujeições, mas na “homogeneização primária (...) numa larga base de comunidade de idéias e sentimentos comuns” (...) (p.197). Entretanto, esse processo referia-se à homogeneização de grupos de iguais, passíveis de serem identificados através dos testes psicológicos, que deveriam intervir antes do ensino.

Em ambos os autores, a questão eugênica é central. A perspectiva de aprimoramento da raça através de práticas profiláticas do físico e da mente corroborou a tese do direito biológico à educação. Lourenço Filho afirma ser “pacífica” a tese de Spencer a respeito da formação do “bom animal” da qual a educação sanitarista é a principal aliada:

*(...) A campanha social pela eugenia, a defesa das mães, a legislação que visa o exame pré-nupcial – são medidas que vêm demonstrando a compreensão, cada vez maior, da necessidade de seres tão perfeitos quanto possível (...).(p.24)*

Cardoso (1926), também adepto da necessidade de uma reforma educacional que alterasse o quadro de 75% de analfabetismo no país e apostando na educação como regeneradora social, faz a seguinte análise na constituição étnica da população brasileira:

*O povo entre nós, como entidade capaz de julgar e decidir em questões transcendentes, nunca existiu, não existe e largos anos se hão de passar antes que exista. (p.64)*

Embora concorde com as interferências hereditárias, quais sejam, “a superioridade intelectual da raça branca, a superioridade afetiva (instintos – coração) da raça preta e a superioridade ativa (caráter) da raça amarela” (p.121), para o autor esta constatação não debilita os mestiços, dadas as influências do meio, havendo uma evolução positiva em relação aos ancestrais. Portanto, é possível melhorar a raça, que se caracteriza não somente pela sua morfologia e pela psicologia geral, mas pela alma, e cabe à educação a formação da alma brasileira, pelo melhoramento da hereditariedade e da subjetividade no sentido de superar uma “alma deformada pelo estigma da dor, pela tara da humilhação, pela tara do ódio” (p.124). Dessa forma, sem alterações no meio, a influência das adaptações naturais das raças é quase nula, permanecendo somente a hereditariedade.

Os discursos médico-biológicos em voga no Brasil e em outros países quiseram enfrentar os problemas sociais oriundos de um industrialismo selvagem, de políticas excludentes e autoritárias a partir do

redimensionamento social explicado pelo corpo psico-biológico individual. Guimaráes (1999) chama a atenção para a

*(...) visão equivocada da biologia humana, expressa pelo conceito de raça, que estabeleceu uma justificativa para a subordinação permanente de outros indivíduos e povos, temporariamente submetidos pelas armas, pela conquistas, pela destruição material e cultural, ou seja, pela pobreza. A transformação da desigualdade temporária-cultural, social e política – numa desigualdade permanente, biológica, é um produto da ideologia cientificista do século XIX. No entanto, depois da justificativa racial ter perdido legitimidade científica, a suposta inferioridade cultural – em termos materiais e espirituais – de grupos humanos em situação de subordinação passou a ser a justificativa do padrão de tratamento desigual. (p.197-198)*

Podemos dizer que os movimentos higienistas e eugenistas, reformadores da sociedade e da escola no Brasil, buscaram combinar a subordinação permanente pela cor com a subordinação cultural, uma vez que as diferenças sociais foram tratadas

como diferenças biológicas. Ao tomarmos como exemplo os argumentos apresentados no manifesto dos pioneiros da Escola Nova, bem como as práticas de testes e medidas na escola, observaremos que o direito biológico à educação buscou legitimar cientificamente as condições de acesso e permanência na escola de grande parte da população brasileira.

As práticas pedagógicas disseminadas na década de 20 objetivaram uma organização escolar mais racionalizada, ao mesmo tempo em que davam visibilidade ao Estado como gestor do público. As reformas escudadas pelas ciências não tinham pouca pretensão – reformar o povo implicava a reforma da escola, do professor, dos alunos, dos materiais didáticos, dos procedimentos pedagógicos.

#### ***Contribuição à antropologia da moça mineira***

Esse trabalho, realizado pela aluna Julia Viotti em 1933, parece ter sido pioneiro no Brasil. É apresentado por Helena Antipoff como sendo uma atividade do curso de Psicologia

Experimental, e consagrado à antropologia da mulher mineira. Mas não qualquer mulher, e sim as alunas-professoras da Escola de Aperfeiçoamento. Segundo Antipoff, os dados antropométricos apresentados no trabalho podem ser considerados como normas de um grupo étnico e social determinado: brasileiros, professores públicos, do sexo feminino, do Estado de Minas Gerais (Viotti, 1933, p.12). A pesquisa se organiza em duas partes: dados morfológicos – idade, raça, cor, cabelos, olhos, forma do nariz, hereditariedade mórbida, crise pubertária, meio social, educação e gênero de vida, sendo, na segunda parte, uma recolha de dados antropométricos. O estudo foi feito com 101 mulheres, para alguns dados, sendo que, para o estudo da raça, a amostra foi de 50<sup>5</sup>.

Para discutir a raça, a referência conceitual básica foi Oliveira Viana na explicação da ascendência brasileira e, especificamente, mineira. Citando o autor, Julia Viotti ressaltou que em Minas Gerais o cruzamento de raças se fez entre brancos e negros “*minas*, entre os quais se encontravam as mulheres

mais bonitas, além de serem fortes e independentes, tendo a maioria conseguido libertar-se à própria custa”. O mesmo procedimento foi usado para discutir o indígena e suas características morfológicas e, enfim, para explicar as dificuldades de se traçar um tipo antropológico único da mulher mineira. Por isso, um dos objetivos da pesquisa era investigar em que proporção as 3 raças se faziam representar no grupo.

Das 101 moças escolhidas inicialmente, a autora diz que 54 responderam a questões relativas à raça, e 58 à nacionalidade (afirma que as outras 43 haviam deixado a Escola de Aperfeiçoamento). Obteve-se a seguinte resposta: 79,6% relataram ascendentes brancos até bisavós; 12,9% indicaram mestiçagem de raça branca com negra, e 7,4%, raça branca com indígena.

---

<sup>5</sup> Como bibliografia suporte de pesquisa, são citadas ao longo do texto as seguintes obras: F. Kretschmer, *La universal*; Rudolf Martini, *Anthropometria*; Frizzi, *Anthropologia*; Pierre Larousse, *Encyclopédie*; Rocha Vaz, *Novos rumos da Medicina*; Berardinelli, *Noções de Biotipologia*; Antipoff, *Les fonctions psychomotricis. Enfim, uma bibliografia atualizada e inserida no contexto de época.*

*Quanto à nacionalidade:*

*22 pessoas indicaram pelo menos 1 ascendente português até a 3ª geração, ou seja 37,9%*

<i>19 - ascendência brasileira</i>	<i>32,7%</i>
<i>6 - ascendência italiana</i>	<i>10,3%</i>
<i>6 - ascendência francesa</i>	<i>10,3%</i>
<i>2 - ascendência espanhola</i>	<i>3,4%</i>
<i>1 - ascendência alemã</i>	<i>1,7%</i>
<i>1 - ascendência escocesa</i>	<i>1,7%</i>
<i>1 - ascendência holandesa</i>	<i>1,7%</i>

Analisando os dados, a autora concluiu que a pesquisa revelava “um coeficiente bem reduzido de mestiçagem contra um bem elevado de arianização” e que, “dado o preconceito de raças ainda bem enraizado entre nós”, era possível duvidar da sinceridade das respostas.

Para desfazer maus entendidos, foram feitas observações *in loco* de 50 moças que se dispuseram a tal: exame da cor e qualidade dos cabelos, da cor dos olhos e da pele, forma do nariz e espessura dos lábios. Segundo Viotti,

*a influência da raça em qualquer destas características é bem conhecida, pois é por meio delas que a sabedoria popular faz seus diagnósticos raciais. Quem já não pressentiu a existência de sangue negro em um indivíduo que, de*

*pele muito clara, tenha o nariz chato e os lábios grossos e roxos? (p.19)*

A constatação da autora está em estreita sintonia com as análises de Oliveira Viana. Munanga (1999), ao comentar a obra desse autor, chama a atenção para a maneira como ele explica o preconceito de mestiçagem, ao mesmo tempo em que afirma a superioridade branca:

*O que importa para as conclusões sociológicas, disse Viana, não é tanto determinar o tipo puro (genótipo), mas sim o tipo aparente (fenótipo). Com efeito, têm-se duas espécies de brancos: o branco puro (genótipo) e o branco aparente (fenótipo), isto é, o mestiço brancóide, de aspecto ariano (fenótipo). (p.76)*

Ainda de acordo com as análises de Munanga, a idéia de racismo de “marca”, elaborado por Oracyr Nogueira na década de 50, já estava presente em Viana “através dos conceitos de branco puro e aparente; negro puro e aparente, sobretudo na idéia de que socialmente o branco puro e o branco aparente são igualmente tratados no Brasil (p.76).

O registro das marcas raciais observadas nas 50 moças foi feito a partir de uma escala de matizes de cor, variando em 6 (seis) para cabelos, 6 (seis) para cor dos olhos e 4 (quatro) para cor de pele, além de 5 (cinco) variações para a qualidade dos cabelos.

Em relação à cor de pele foram anotados os seguintes indicativos, onde não aparece a cor negra:

1. Clara ..... (11) 22%
2. Morena clara ..... (15) 30%
3. Morena ..... (19) 38%
4. Morena escura ..... (5) 10%

*Quanto à qualidade do cabelo:*

1. Crespo ..... (2) 4%
2. Muito ondulado ..... (6) 12%
3. Ondulado ..... (14) 28%
4. Flexível ..... (10) 20%
5. Liso ..... (18) 36%

( Viotti, 1933, p.20-22 )

O comentário da autora para ambos os caracteres revelou a intenção de uma aproximação com o branqueamento. Em relação à cor da pele e à predominância da cor morena, a autora construiu uma explicação associada a outros caracteres, como cor dos olhos e do cabelo. A partir de 3 quadros de combinações de cores (olhos e pele,

olhos e cabelos, pele e cabelos), foi detectado que a maioria das moças morenas possuía olhos verdes (3), castanhos claros (5), castanhos (10) e castanhos escuros (1), e as “morenas carregadas”<sup>6</sup> tinham olhos castanhos (1) e castanhos escuros (4). Na combinação cor de pele e cabelos, há morenas de cabelo castanho claro, e, nas “morenas escuras”, predominam tons de cabelo escuro.

Quanto à qualidade do cabelo, a autora associa a predominância do cabelo liso e fino de cor castanha a “um progresso para arianização”. Em relação à porcentagem bem elevada de cabelos ondulados, pergunta-se:

*(...) A que vamos atribuir? A uma mestiçagem ainda bem próxima com a raça negra, ou a uma herança da raça ibera e celta que nos deram origem? (p.20) (grifos meus)*

Ainda na análise dos caracteres físicos, Julia Viotti estuda a forma do nariz (reta, convexa e côncava), das narinas (leptorrinos, mesorinos e

<sup>6</sup> Esta matiz de cor aparece no quadro 1 em substituição à morena escura da tabela.

plativinos)<sup>7</sup> e espessura dos lábios (delgados (50%), medianos (48%), grossos (2%) e inchados (0%)). Nos quadros das combinações lábios/forma do nariz e narinas/perfil do nariz, a predominância, segundo a autora, é também de raça branca.

Combinando com outros dados, Julia Viotti conclui que as observações *in loco* confirmavam os resultados do inquérito, portanto, não havendo dúvidas, como inicialmente se supunha, a respeito das respostas das entrevistadas. Os resultados indicaram

*(...) um coeficiente reduzido de mestiçagem contra um bem elevado de arianização dentro do grupo de moças mineiras que nos propusemos a estudar. (p.20)*

Lembre-mos que estas não são quaisquer moças, mas alunas-professoras da Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais, que, inclusive, passavam por exames de sanidade física e mental (Prates,1990), o que é comentado na pesquisa, uma vez que essas mulheres iriam compor o quadro da elite do professorado mineiro. Ainda para finalizar o comentário geral sobre a pesquisa de Julia Viotti, foi

detectado, em relação ao meio social, educação, gênero de vida e preferências, que a maioria descendia de pais comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, e, como divertimento, relataram a preferência pelo cinema e pela leitura.

Diante dos dados gerais da pesquisa, é possível perceber o esforço para estabelecer regras de branqueamento das professoras que iriam compor o quadro da elite gestora das reformas escolanovistas em Minas Gerais. Schwarcz (1998) observa que, nos anos 20 e 30, apostava-se num mestiçamento positivo, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco. Uma vez que o país não possuía o modelo branco anglo-saxônico, já era miscigenado, as matizes de cor e de traços tendiam a variar de forma comparativa, sendo que, quanto mais claro, mais superior. Embutida na cor estava uma qualidade social.

*O resultado de nossa indeterminação nas distinções raciais faz com que o fenótipo, ou melhor, certos traços físicos como formato*

<sup>7</sup> *Leptorrinos, narina alta e estreita; mesorrinos, mediana; platirrinos, baixa e larga. (Viotti, 1933.)*

*do rosto, tipo de cabelo e coloração de pele se transformem nas principais variáveis de discriminação. (p.226)*

Müller (1999), em pesquisa sobre a constituição da categoria profissional do professorado primário na primeira república, pergunta-se se havia professoras não brancas no magistério. Sabemos que naquele período a escola primária foi representada como co-autora de uma nova nação, juntamente com o seu professorado. Daí as evidências de uma rigorosa seleção da aparência física para o acesso às escolas normais. Müller detectou um percentual muito pequeno de mulheres não brancas (com todos os problemas conhecidos de identificação de cor), candidatas ao magistério. Isto também foi percebido nas fontes iconográficas e entrevistas realizadas pela autora. O que é mais interessante nessa pesquisa é a observação de que a profissionalização do professorado em cursos normais, principalmente a partir do início da república, corresponde a uma seleção pela cor do corpo docente das escolas, com função cada vez mais definida:

*(...) Em nome de dar instrução a todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, também foram responsáveis por criar tantas regras e normas para o ingresso e permanência no magistério, que tornaram quase impossível a presença de professoras escuras. (p.61)*

As fotografias publicadas nas *Revistas de Ensino de Minas Gerais* revelam que a presença de professoras negras é quase nula e, inclusive, ratificam as teses da pesquisa de Julia Viotti – as morenas são claras, de cabelos lisos ou ondulados.

Por outro lado, foi possível detectar, em pesquisa em andamento (Veiga, 2000), a presença de professoras negras no século XIX, nos tempos em que a profissão “eram arranjos para o desemprego e não uma profissão honrosa” (Moacyr, 1940, p.188). De qualquer forma, a identificação da cor era carregada de outros atributos que qualificassem a professora. No relatório de 1899 do inspetor ambulante mineiro Domiciano Vieira, temos o seguinte registro sobre a professora D. Maria Raimundo Lourenço:

*(...) Não normalista, uma preta moça vivaz, casada com um pardo carpinteiro, trabalhador, consta que a professora é honesta (o casal vive bem), de parca habilitação, casa rude (...).*

Em contrapartida, a profissionalização do magistério, em meio aos movimentos de divulgação das teorias higiênicas e eugênicas, produzia as representações da “professorinha normalista”. O magistério para as classes do ensino primário consolidou-se não somente como um trabalho de mulheres, mas de mulheres brancas ou branqueadas pelo lugar social que ocupavam. Guimarães (1999), comentando a respeito das diferentes interpretações de mestiçagem, afirma que:

*Com efeito, todos os negros que social e economicamente tiveram ascensão passaram a integrar os grupos de convivência brancos da mesma classe social ou mesmo nível cultural. São aqueles designados popularmente como negros de alma branca. (p.103)*

### **Traçando o perfil de inteligência de outras moças**

Em um dos boletins da Secretaria de Educação e Saúde Pública, foi

possível constatar um outro perfil das moças mineiras, embora não tenham sido assim identificadas. No caso, foi aplicado *test Prime*, de avaliação do vocabulário e da inteligência, junto à população escolar em geral e a outros grupos de pessoas. Entre estas, um grupo de 50 “moças adultas, analfabetas e sem cultura, empregadas domésticas, na maioria”, testadas pela professora Alda Lodi, na Escola Noturna de Santa Zita. Embora não estivesse indicado, não é preciso perguntar sobre a cor destas moças. O objetivo mais geral da pesquisa era estabelecer as relações entre nível mental, idade e cultura, e os dados desse grupo de moças foram comparados com um grupo de crianças jovens, mas analfabetas ao entrar na escola, e um grupo de crianças do 4º ano escolar. Esses grupos foram assim caracterizados:

*(...) Crianças de 7 anos – são seres jovens, com pouca experiência e sem cultura, não selecionadas pelas aptidões, pertencendo a todos os meios sociais; o segundo (grupo), crianças mais idosas com certa experiência social, com bastante cultura (em relação ao test), um tanto selecionadas sob o ponto de vista da aptidão (os mais*

fracos ficaram nos primeiros degraus da escola) e um tanto favorecidos quanto ao meio social...; enfim, o terceiro – moças adultas, com experiência já variada, sem cultura, e de meio social inferior e talvez selecionadas pela aptidão, pois as companheiras mais dotadas provavelmente foram escolher outros campos de trabalho, mais

elevado, mais independente e de maior lucro. (Antipoff e Cunha, 1932, p.44)

A mentalidade da hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades, divulgada pelo manifesto escolanovista e presente nesse relatório, é exemplar. Os resultados dos testes, idem<sup>8</sup>:

	Fatores	Crianças de 7 anos analfabetas	Adultos analfabetos	Alunos de 11-12 anos – 4ª série
A	Experiência	1	3	2
B	Cultura	1,5	1,5	3
C	Meio social	1,5	1,5	3
D	Aptidão indiv.	2	1	3
E	Afetividade	1	2	3
	Logar medio	1,4	1,8	2,8
	Resultado medio do Test Simon	55%	74%	91%

Fonte: Boletim n. 09, 1932.

As alunas da escola noturna, empregadas domésticas, em quase todos os quesitos se equiparam em inteligência às crianças analfabetas, conseguindo notas melhores apenas no quesito experiência, identificado “como capacidade de melhor reter e formar vocabulário exato”, e no item afetividade. Neste quesito, segundo as autoras, elas perderam para as crianças da 4ª série, porque as moças se mostraram em estado afetivo

perturbado, “de constrangimento, de timidez”. Por outro lado, o fato de ganharem no quesito experiência se justifica por serem moças adultas, “morando e servindo nas casas de meio social mais elevado, recebem desse último certas influências (sobretudo referentes à linguagem)”. (p.49-50)

<sup>8</sup> As notas dadas variam de 1 a 3 (Antipoff e Cunha, 1932, p.49).

É impressionante o tom estereotipado de análise dos testes na comparação entre crianças e mulheres analfabetas. Estas não eram capazes de contar, de reconhecer imagens, identificar uma linha curva e de responder a perguntas tais como: de que é feito o tinteiro, de que é feita a agulha?. O fato de agulhas, tinteiros e bastidores não pertencerem ao universo das empregadas domésticas tornava-as desqualificadas como sujeitos, com aptidões limitadas, pois “não escolheram outros campos de trabalho”.

Com relação a possíveis tradições culturais atávicas, é comentado o fato de as moças não pronunciarem a palavra sapo quando confrontadas com uma gravura, e sim outros termos, como “de coque, de cócoras”, o que foi notado também em testes aplicados com crianças no interior do estado. A negativização da cultura popular fica evidente, como relatado abaixo, a respeito da reação das alunas e empregadas domésticas, quando lhes era mostrada a imagem do sapo:

*(...) Rindo, fechando os olhos desapontadas, olhando para o céu, piscando enigmáticamente ou*

*exclamando francamente, como fez uma moça: Cruz Credo!, levantando as mãos aos olhos ao mesmo tempo que dizia: de coque – eis aqui um característico concreto de mentalidade adulta inculta que o nosso pequeno test revelou com tamanha nitidez.*  
(p.51)

### ***A homogeneização das classes escolares***

Quem eram os alunos que frequentavam os grupos escolares na época da disseminação dos ideários escolanovistas? Essa preocupação apareceu de forma mais sistematizada em Minas Gerais à época da realização do Primeiro Congresso de Instrução Primária, em 1927. Com a criação, na Escola de Aperfeiçoamento, da cadeira de Psicologia Experimental, introduziu-se uma nova rotina nas escolas, a dos testes, uma vez que era consensual a idéia de que “classes heterogêneas atentam contra os princípios racionais da pedagogia”. (*Revista do Ensino*, p.34,p.16). Diferentes testes<sup>9</sup> foram aplicados

<sup>9</sup> *Testes de desenho (Goodenough), jogos e quebra-cabeças (Dearborn), teste das cem questões de Ballard, Test Prime (Theodore Simons), entre outros. Boletim n. 7, 1931.*

para a produção de dados que possibilitassem, através da comparação, traçar o perfil dos alunos em seus aspectos físicos, mentais e de caráter, aliados ao meio social. O processo de homogeneização das classes escolares tinha o objetivo eugênico de agrupar as crianças de acordo com aptidões e habilidades detectadas, possibilitando a adoção de uma pedagogia adequada às características de cada grupo, mas também racionalizar tais habilidades e gerar outras necessidades. Numa das pesquisas, *Ideais e interesses das crianças de Belo Horizonte*, realizada pelas alunas da Escola de Aperfeiçoamento, orientadas por Helena Antipoff, esta afirma:

*Tomemos uma das novas observações inequívocas: a paixão dos meninos de Belo Horizonte pelo foot-ball. O exagero, a exclusividade desse jogo nos alarma; e o bom senso nos aconselha a sustar esta paixão, sugerindo outras ocupações: leituras, trabalhos manuais, coleções, etc... (p.42)*

O padrão de referência para esse comentário veio de pesquisas do mesmo tipo realizadas em países da

América do Norte e da Europa e, segundo observação da autora, as crianças de Belo Horizonte apresentavam um grau bastante baixo no nível de suas aspirações. Mas como "sustar paixões"? Tomando a criança como objeto científico, a pedagogia escolanovista introduziu outras práticas de educação para superar o autoritarismo exterior e a imposição de valores, pondo em seu lugar uma correção que viesse do interior, pois, "não se educam os instintos mediante a repressão; a educação tem a seu serviço processos conhecidos, sob o nome de canalizações, desvios, sublimações, objetivações, que provam melhor que os da disciplina autoritária" (p.42). Daí a importância de conhecer a criança física e mentalmente, para educar-lhe os sentidos, a sensibilidade. Segundo Varella (1996), essas novas atitudes explicam por que os médicos se constituíram no primeiro núcleo disseminador da necessidade de uma educação com funções profiláticas e terapêuticas, que desse conta do controle subjetivo, através de normas cientificamente nomeadas pelos estágios do desenvolvimento infantil.

Paralelo ao processo de homogeneização físico-mental das classes primárias, hierarquizadas em A, B, C, D<sup>10</sup> (fortes, médias, fracas e muito fracas), ocorreu o processo de homogeneização cultural. Houve aí uma tensão, pois apesar dos diferentes níveis detectados, do ponto de vista da disseminação dos valores culturais, houve a representação não de pluralidades do tipo humano, mas a divulgação do ideal do tipo único – o brasileiro branco, honesto, trabalhador e cômico de seus deveres para com a pátria.

Nas *Revistas de Ensino* era comum a divulgação de livros de leituras adequados à formação moral da criança. Como exemplo, a indicação do livro *A fada Hygia*, do eugenista Renato Kehl, isso sem nos esquecermos dos inúmeros livros que retratavam, em figuras, as famílias brancas sendo servidas por empregadas domésticas negras. Gouveia (1997), por meio de uma instigante pesquisa, observa que, no caso das obras literárias produzidas para o público infantil a partir da década de 20, o negro é resgatado de seu papel marginalizado na sociedade, como é o caso das histórias da

mãe preta ou das personagens de Lobato Tia Anastácia e Tio Barnabé, ou ainda dos personagens negros dos contadores de história.

A autora afirma que,

*excluído do projeto de modernização do país, e afirmado estereotipicamente em sua identidade cultural constituidora de brasilidade, o negro assume um espaço mítico ao longo da narrativa, negado em sua concretude, mas reificado e folclorizado no imaginário literário. (Gouveia, 1997, p.242)*

Na análise de várias obras literárias, a autora observa que, enquanto os personagens brancos eram caracterizados por adjetivos que denotavam preferencialmente características psicológicas (bons, maus, ativos, etc...), os personagens negros eram, em geral, caracterizados pelas marcas raciais (beijudo, negrinho, pretinho, lustroso, etc...). Por outro lado, as obras também introduziram aspectos de branqueamento. No livro de Max Yantok *O lombrigoplano voador* (1935), há

<sup>10</sup> *Boletim* n.11, p.59.

um episódio em que uma menina, ao entrar no ônibus, se recusa a dar o braço a outros meninos, aceitando a ajuda do pretinho Alcaçuz,

*- Este sim – disse a menina, oferecendo graciosamente o braço ao cavalheiro de chocolate – é preto por fora, mas deve ter a alma branca. (p.270)*

Há autores especializados nessa temática e, evidentemente, não é o caso aqui de desenvolver o assunto, mas apenas de suscitar as tensões presentes nos projetos que pressupunham pedagogias diferenciadas para grupos de aptidões também diversos, mas que se apoiavam em um padrão de homogeneidade cultural que incluía os negros como cidadãos de segunda categoria.

Ainda para tomarmos outro exemplo, sabemos que a educação musical, como formação estética dos alunos, foi um dos pontos bastante defendidos pelos escolanovistas. Mas qual música? Em um artigo da *Revista do Ensino de Minas Gerais*, a autora chama a atenção para o cuidado da escolha:

*Nos tangos e maxixes, nos sambas e extractos de revistas, concentram-se quase sempre palavras e termos baixos que debilitam, na alma da criança. (...) Não representando cabedal valioso e meio educativo, essas peças devem ser banidas das escolas que visam o triunfo completo da educação.<sup>11</sup>*

Por outro lado, há de se pensar que, sendo os negros na população brasileira, em sua grande maioria, pobres e tendo que se inserir no mercado de trabalho em idade muito precoce, era restrito o seu acesso à escola, e, muito mais ainda, a sua permanência. Ainda em fase muito inicial de levantamento, foi possível identificar esse fato nos registros de matrícula nos grupos escolares. Embora os livros de registros não contivessem o item cor, é possível traçar uma hipótese na análise dos itens profissão dos pais e na observação “pobre”. Como exemplo, os dados da matrícula do Grupo Escolar Afonso Pena para a 1ª série em 1932 apresentam o seguinte perfil:

<sup>11</sup> *Revista do Ensino, janeiro 1935, n.110, p.7.*

<i>Professora</i>	<i>Alunos</i>	<i>Número de pobres</i> <sup>12</sup>
A.Q.	34	02
I.C.	45	04
M.J.B.	42	29
?	33	16
?	37	00
<b>Total</b>	191	47

Fonte: Livro de matrícula Grupo Escolar Afonso Pena, 1932.

O Grupo Escolar Afonso Pena foi um dos grupos testados pelas alunas-professoras da Escola de Aperfeiçoamento em 1931. No ano de 1932, foram realizados novos testes para agrupamento dos alunos antes da matrícula. Nos registros analisados, é notória a homogeneização pela classe social. Para se ter uma idéia, na sala onde não há nenhum aluno pobre, destacavam-se vários sobrenomes que compunham as elites das famílias mineiras, e apenas em 2 salas havia um equilíbrio maior entre pobres e não pobres.

As intenções dos adeptos do escolanovismo de querer desfazer-se dos critérios de privilégios econômicos para centrar-se nas aptidões individuais das crianças acabaram por oficializar as

desigualdades raciais e sociais. A partir de então, a escola institucionaliza, não a pluralidade cultural constituidora de qualquer sociedade, mas os níveis hierarquizados de inclusão dos sujeitos nos diferentes espaços sociais, institucionalizando também a existência de cidadãos de segunda categoria.

### ***Considerações finais***

De que cor eram os alunos, as alunas e as professoras que ocuparam as carteiras e os espaços dos grupos

<sup>12</sup> Ainda não foi possível saber como se efetivava a classificação pobre, se pela diretoria da escola ou pelo responsável pela matrícula. Entre as profissões dos pais denominados pobres estão: operários, lavadeiras, verdureiros, carpinteiros, soldados, choferes, cozinheiras, serviços domésticos, entre outros.

escolares? Não precisaríamos de tantas palavras para responder, bastaria o olhar. É o que vemos nas inúmeras fotografias de alunos e professores veiculadas nas revistas e jornais que circulavam pelas escolas e cidades. Mas também, no presente, naqueles que desenvolvem trabalhos que exigem pouca qualificação, na cor dos meninos de rua e dos "rebeldes" da FEBEM, nas marcas das crianças e adolescentes da chacina da Candelária<sup>13</sup>, ou no rosto de Sandro do Nascimento<sup>14</sup>, aliás, analfabeto. De que cor era a alma da escola? Branca,

sem margem de dúvidas, cor de referência para identificar qualidade social e cultural, e presente nos programas de higiene, nos pelotões de saúde, nos critérios para seleção de professores, nos livros literários e didáticos, nos currículos, na organização do trabalho nas escolas, nos testes de aptidão física e mental, na organização das salas A, B, C e D, enfim, no direito biológico à educação, um dos ideários produtores das mentalidades segregacionistas ainda presentes em nossa sociedade.

---

<sup>13</sup> *Episódio acontecido no Rio de Janeiro em julho de 1993, quando sete meninos de rua foram assassinados.*

<sup>14</sup> *Sandro do Nascimento, ou Alex Junior da Silva, ou ainda Alessandro Silva, seqüestrador de um ônibus no Rio de Janeiro em junho de 2000, foi assassinado por asfixia pela polícia. Era um dos sobreviventes da chacina da Candelária.*

**Referências Bibliográficas**

- ANTIPOFF, Helena & CUNHA, Maria Luiza de Almeida. *Teste Prime*. Belo Horizonte: Boletim n.10, Secretaria de Educação e Saúde Pública, Inspeção Geral de Instrução, 1932.
- AZEVEDO, Fernando de. *Novos caminhos e novos fins*. São Paulo: Melhoramentos, 3ª ed., 1958 [1932].
- CARDOSO, Licínio. *O ensino que nos convém*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1926.
- CORRÊA, Mariza. A revolução das normalistas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.66, ago, 1988.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FONSECA, Marcus Vinícius. *Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1899)*, Dissertação de Mestrado, FaE/UFMG, 2000.
- GOUVEIA, Maria Cristina. *O mundo da criança: a construção da infância na literatura*. Tese de Doutorado, FaE/UFMG, 1997.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: FEUSP, 34ª ed., 1999.
- HERSCHMANN, Micael & PEREIRA, Carlos Alberto M. (org.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOURENÇO FILHO. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.
- MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCB, 1996.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1940.
- MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras negras na Primeira República. In: OLIVEIRA (coord.). *Relações raciais e educação: alguns determinantes*. Niterói: Intertexto, 1999.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

- PRATES, Maria Helena Oliveira. Uma nova pedagogia para o professor mineiro: a Escola de Aperfeiçoamento. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n.11, jul.1990.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 29ª ed, 1975.
- SCIWARCZ, Lilian Moritz. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, vol.4.
- VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar. Do individualismo ao narcisismo. In: COSTA (org.). *Escola básica na virada do século. Cultura, política e currículo*. Rio de Janeiro: Cortez, 1996.
- VEIGA, Cynthia Greive. *Viajantes do saber: os visitantes e os inspetores ambulantes da instrução pública de Minas Gerais (1835-1906)*. Projeto de Pesquisa, FaE/UFMG, 2000.
- VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 3ª ed, [1890] 1985.
- VIANA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933.

### Fontes

- Annaes do VII Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912.
- A Reconstrução Educacional no Brasil. Ao povo e ao governo. 1932.
- Boletim n.07. O desenvolvimento mental das crianças de Belo Horizonte: Secretaria de Educação e Saúde Pública, Inspeção Geral de Instrução, 1931.
- Boletim n.09. Monografia de uma classe escolar de Belo Horizonte. Estudo ecológico de 1931. Belo Horizonte: Secretaria de Educação e Saúde Pública, Inspeção Geral de Instrução, 1932.
- Boletim n.11. Formação das classes e o controle de sua homogeneidade. Belo Horizonte: Secretaria de Educação e Saúde Pública, Inspeção Geral de Instrução, 1933.

KEHL, Renato. Actas e trabalhos, 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929.

Livro de matrícula do grupo escolar Afonso Pena, 1932.

RELATÓRIO do presidente da província de Minas Gerais José Cesário Horta, 1840. APM.

RELATÓRIO do inspetor ambulante Domiciano Vieira, 1899. APM.

Revista do Ensino de Minas Gerais, n.34, 1934.

Revista do Ensino de Minas Gerais, n.110, janeiro 1935.

VIOTTI, Julia. *Contribuição à antropologia da moça mineira*. In: Boletim n.13. Belo Horizonte: Secretaria de Educação e Saúde Pública, Inspeção Geral de Instrução, 1933.